

Luta contra as proteções provisórias

Fiscais reclamam que ficam impotentes diante das liminares concedidas pelos juízes e vêem as construções sendo erguidas

As liminares concedidas pela Justiça são instrumentos provisórios que quase sempre determinam que as áreas de terras questionadas sejam mantidas sem modificação. As administrações regionais são obrigadas a obedecer. Mas quase nunca os grileiros se preocupam com as sentenças dos juízes. Fazem o que querem.

“Somente na Colônia Agrícola Vicente Pires, tem mais de 100 interditos proibitórios”, afirma o chefe da Divisão Regional de Fiscalização de Taguatinga, Jonas Aguiar. A esses interditos e outros tipos de ações, são concedidas as liminares. Elas são empecilhos — ou, em alguns casos, boa desculpa — para as administrações regionais impedirem as invasões que proliferam no Distrito Federal.

Os promotores da Ordem Urbânica sempre ressaltam que o governo tem poder de polícia. E que as determinações provisórias não impedem nem mesmo derrubadas de obras que tenham sido feitas depois da expedição de uma liminar.

A Administração Regional de Taguatinga limita-se a fazer pequenas derrubadas. Onde os fiscais não estão impedidos pela Justiça. “Só cai o nosso barraco, porque não temos dinheiro para pagar liminar”, lamenta Orlando Cardoso, 36 anos. Ele afirma que está desempregado e que não tem para onde ir. Embora um dos fiscais aponte uma caminhonete Pampa, dizendo que é do desempregado,

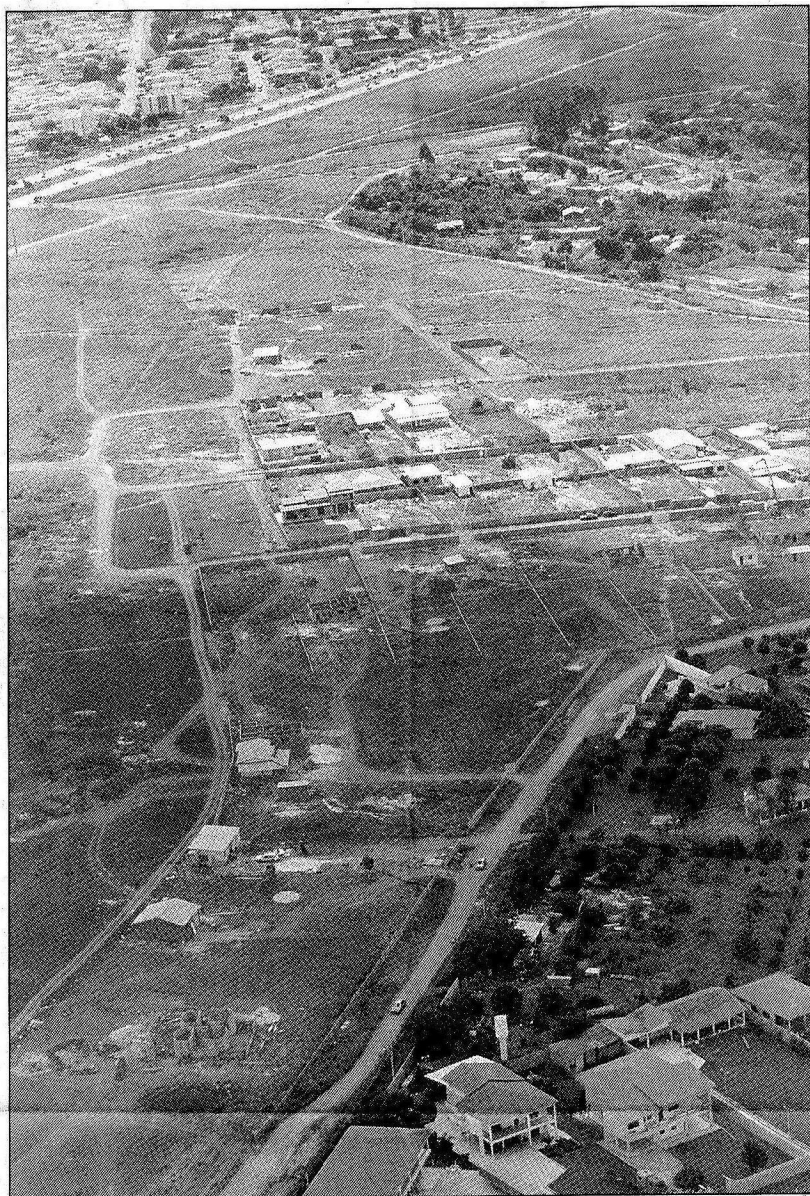
insinuando que as invasões estão cheias de espertalhões.

Talvez não. A imagem de Maria Gonçalves, 33 anos, é de desespero. Ela observa seu barraco sendo desmanchado, enquanto limpa as lágrimas em um pedaço de pano. Olhos vermelhos, inchados, diz que é auxiliar de cozinha com contrato temporário no Hospital Universitário de Brasília (HUB). “Vou ficar aqui, embaixo de uma lona. Não tenho pra onde ir”, avisa.

As grandes terras cercadas por particulares no Tagua Park são dominadas por poucos grileiros. Ou pelo menos são poucas as pessoas que aparecem nas ações no Tribunal de Justiça. “Eles usam artifícios. Às vezes um entra com processo contra o outro, para que o juiz conceda a posse para um deles. Mas a briga é só de fachada”, explica Jonas Aguiar.

Na região nobre de uma das cidades que mais se desenvolvem no Distrito Federal, o movimento é diário. Caminhões de areia chegando. Tijolos amontoados por todo o canto. O cerrado rasgado sempre de mansinho, até que a cerca de concreto possa ser consolidada.

Ao mesmo tempo circulam os carros velhos da administração regional, ocupados por fiscais interessados em preservar a cidade. Homens que constantemente retornam às áreas de grilagem para derrubar cercas novas, barracos de madeirite desprotegidos por advogados. Enquanto o concreto ergue-se sem limites.



Imensas áreas estão sendo invadidas e demarcadas por muros no Tagua Park